

**Saúde paralisada na Grande Florianópolis**

Por Nayara D'Alama

Cristiane de Souza tem 29 anos e há seis é técnica de enfermagem do Hospital Governador Celso Ramos. A funcionária tem uma jornada de trabalho de seis horas diárias no hospital e outras seis em uma clínica de oftalmologia para complementar a renda. O trabalho exige concentração e agilidade, há poucos funcionários e muitas pessoas para atender, e às vezes não há tempo nem para tomar um café. "Nos exigem produção, mas as condições para o trabalho são mínimas. Pela quantidade de trabalho que faço, o salário poderia ser melhor."

A situação de Cristiane não é um caso isolado. Há uma semana a técnica de enfermagem está entre os servidores da Saúde do estado que paralisaram suas atividades e entraram em greve por aumento salarial. O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviço de Saúde Privado e Público Estadual ([Sindsaúde](http://www.sindsaude.com.br/)) exige a incorporação do abono de 16,76% adquirido na greve realizada no final do ano passado ao salário dos funcionários. Este valor é referente às perdas salariais acumuladas no período de abril de 2006 a maio de 2009.

De acordo com a Lei Eleitoral, o prazo máximo para a aprovação do aumento salarial de servidores públicos é até o dia 3 de julho (próximo sábado), exatos três meses antes das eleições 2010. De acordo com a assessoria do Sindsaúde, o governo do estado está "empurrando o assunto com a barriga". Os grevistas estão desde o dia 22 de junho no hall da Assembleia Legislativa aguardando a manifestação do governador. Enquanto não obtêm resposta, um acampamento foi montado na praça Tancredo Neves e muitos dormem no local.

Entre 40% e 50% dos servidores da Grande Florianópolis aderiram à greve, o que prejudica o atendimento à população. Segundo o Sindicato, em alguns estabelecimentos houve maior adesão, como o Hospital Governador Celso Ramos (HGCR) e o Hospital Infantil Joana de Gusmão (HI). Algumas áreas do primeiro, como os setores de neurologia e internação, estão fechados por falta de servidores, e apenas as cirurgias de emergência e algumas eletivas são realizadas. 60% dos funcionários do HI estão paralisados, onde os leitos pós-operatórios foram fechados e também foram suspensas cirurgias eletivas e exames que exigem sedação.

A greve foi considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC), e está sujeita à multa diária de R\$ 20 mil caso os funcionários não retornem às atividades. Edileuza Garcia Fortuna, presidente do Sindsaúde, diz que a greve vai continuar, já que a própria Secretaria do estado da Saúde havia informado semana passada que o atendimento hospitalar estava normal e que apenas 10% dos servidores teriam interrompido as atividades.

Nesta terça-feira, 29, o Secretário de Estado da Saúde, Roberto Hess de Souza, anunciou em nota que a SES irá descontar os dias parados dos servidores que tenham aderido à greve.

**Veja o vídeo produzido pelo Sindsaúde no 1º dia de greve:**

O JavaScript está desabilitado!  
Para ver esse conteúdo, você precisa de um browser capaz de reconhecer JavaScript.

Adobe Flash Player Não está instalado ou está em uma versão mais antiga que 9.0.115!  
[Baixe aqui](http://www.adobe.com/go/getflashplayer)

```
swfobject.embedSWF('http://www.youtube.com/v/A4aHchcKmLM','avreloaded0','320','256','9.0.28','/plugins/content/avreloaded/expressinstall.swf',  
{autoplay:'0',color1:'0xFFFFFFFF',color2:'0x000000',rel:'0',egm:'0',border:'0',loop:'0'},{wmode:'window',bgcolor:'#FFFFFF',menu:'true'},{id:'p_avreloaded0',styleclass:'allvideos'});  
window.addEventListener("domready",function(){var s = "warnflashavreloaded0"; if  
($s){$(s).setOpacity(1);}); </p><p> </p>
```